

## Relatoria LACIGF 12

**Título da sessão:** Sessão 6 – Acesso a Internet – Desafio de conectar com qualidade os não conectados a um prazo curto

### **Resumo da sessão:**

A moderadora **Valeria Betancourt (Association for Progressive Communications - APC, Equador)** começou a sessão destacando a importância do tema, cujo o objetivo é apresentar e discutir os distintos enfoques e perspectivas em relação a questão do acesso à Internet às pessoas que não possuem conexão. As barreiras significativas enfrentadas pelos desconectados são a motivação para esse debate, já que a falta de acesso aumenta a desigualdade. A moderadora comenta que existem mais de 243 milhões de pessoas desconectadas na América Latina e Caribe, além da importância de se compreender as implicações regulatórias e econômicas se enquadram nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 5 e 9 das Nações Unidas (ONU).

**Karla Velasco (REDES A.C., México)** exibiu imagens de comunidades atendidas pela sua organização e salientou o problema da descontinuidade de programas de inclusão digital. Além disso, explicou o funcionamento de uma rede comunitária, onde a própria comunidade constrói essa rede, tendo posse dos seus dados e podendo gerar lucro com isso, também sendo um fator de empoderamento e inclusão. Outro ponto apresentado foram os fatores de sucesso e restrições presentes em sua realidade. Durante a sessão de perguntas, Karla disse que os modelos de negócios e financiamento para as redes podem se modificar de acordo com a comunidade.

**María Cristina Capelo (Facebook, México)** iniciou sua apresentação destacando a intenção do Facebook de contribuir para a inclusão dos não conectados. Ela apresentou os pilares dessas iniciativas: expandir o acesso, criar parcerias com criadores de conteúdos locais, e fornecer tecnologia, reduzindo os custos da manutenção do acesso. No final, ela apresentou o projeto Internet para todos. E durante a sessão de perguntas, María foi questionada sobre os parâmetros contratuais entre o Facebook e as operadoras no seu projeto, se existe um contrato exclusivo de acesso à rede social. Segundo ela, é um modelo em evolução, mas não há acordo de exclusividade. Em seu comentário final, ela resgatou o espírito de colaboração, diálogo e flexibilidade para buscar soluções entre os vários atores.

**Natalia Quevedo González (Comissão de Regulação de Comunicações da Colômbia, Colômbia)** foi questionada pela moderadora para opinar sobre os modelos apresentados pelos palestrantes anteriores. Ela considera que os dois modelos apresentados são bons e que precisam dialogar com o suporte regulatório. Além disso, comentou que os modelos regulatórios atuais podem ser rígidos e caros, mas que deve existir o diálogo com o regulador. Todas as partes interessadas devem participar do processo de regulamentação. Na sessão de perguntas, Natalia enfatizou que o sucesso depende do acompanhamento de políticas públicas.

**Andrés Sastre (Associação Interamericana de Telecomunicações - ASIET, Uruguai)** foi questionado pelo moderador sobre quais modelos sustentáveis podem ser implementados para alcançar as zonas rurais que não possuem conexão. Ele trouxe o contexto da realidade latino-americana e explicou que o sucesso de conectar 60% da população foi resultado de uma forte política de concorrência, redução de custos e certos controles de qualidade. Ele crê que devemos mudar os aspectos regulatórios, fazendo uma distinção entre a zona rural e a zona urbana. Na sessão de perguntas, Andrés disse que as políticas públicas que funcionaram foram as de proteção ao investimento em fibra.

**Eduardo Tomé (Internet Society Honduras, Honduras)** foi questionado sobre as perspectivas da comunidade técnica e sobre a estrutura institucional apropriada para diminuição das lacunas de conexão. Eduardo destacou a importância de democratizar o espectro e citou o México como exemplo. Segundo a experiência em Honduras com uma rede comunitária em território indígena, a estrutura institucional deve levar em consideração a cultura da população. Ele concordou com Andrés em relação à estrutura regulatória para cidades e regiões rurais. Em seu comentário final após as perguntas, Eduardo enfatizou que, nas redes comunitárias, o importante é a rede social que a forma.

**Julián Casasbuenas (Association for Progressive Communications - APC e Colnodo, Colômbia)** foi consultado pela moderadora sobre a importância da colaboração entre órgãos públicos e organizações da sociedade civil. Ele falou sobre sua experiência na Colômbia, onde implementou o modelo usado no México. A experiência buscou levar conectividade, mas sem gerar competição para operadores privados. A qualidade é um grande desafio para a comunidade e a aposta é que as conexões sejam realmente de banda larga, para que as comunidades não estejam desconectadas. Na sessão de perguntas e em seu comentário final, Julian disse que não existe um modelo padrão para a implementação de uma rede comunitária, sendo que são as comunidades que devem iniciar o processo.

**Outputs e outros links relevantes:**

Sessão completa em: <https://youtu.be/eJ3JthbiDPc>

**Por:** Ariane Ferreira Ferro (Universidade Federal de Alagoas, Brasil), María Belén Pérez Roa (Paraguay)

**Traduzido por:** Matheus Figueiredo Lima (UNICURITIBA, Brasil)

**Revisado por:** Flavio Andre Garces Heredia (Colombia)

**Coordenação e edição:** Nathalia Sautchuk Patrício (NIC.br, Brasil) e Guilherme Alves (Youth Observatory, Brasil)